



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

35ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2 A trigésima quinta reunião ordinária da CTPA teve lugar no auditório da SEMA, 15º
3 andar, Porto Alegre – RS, no oitavo dia do mês de Setembro do ano de dois mil e
4 dezesseis, as 9h. Membros Presentes: Comitê Passo Fundo: Claudir Luiz Alves –
5 titular; Comite Santa Maria: Roberto Damasio de Carvalho – suplente; Comitê Turvo-
6 Santa Rosa-Santo Cristo: Marcos Paulo Scherer – suplente; Comitê Tramandaí: Tiago
7 Lucas Corrêa – titular; Comitê Mirim São Gonçalo: André Oliveira – titular; Comitê
8 Taquari Antas: Júlio Salecker – titular; Comitê Sinos: Adolfo Antônio Klein – suplente;
9 Comitê Baixo Jacuí: Mário Damé – titular; Comitê Gravataí: Sérgio Cardoso –
10 suplente; SEMA: Patrícia Moreira Cardoso – titular; SEMA: Maria de Lourdes Alves –
11 suplente; SOP: Pedro Dall Acqua – titular; SEAPI: Sandro Schlindwein. Demais
12 Presentes: ECOPLAN: Paulo Roberto Gomes; SEAPI: Vicente Augusto Marques; STE:
13 Montauri Moraes; STE: ???; CRH/SEMA: Carmem Silva; CRH/SEMA: João Klein.
14 Ausentes: Comitê Ijuí: Luis Augusto Pérsigo – titular; Comitê Mampituba: Leonila
15 Ramos – suplente; Comitê Camaquã: Renato Zenker – suplente; SDR: Carlos Gabriel
16 Nunes; SSP: André Ilha Feliú; SSP: Humberto da Rocha Romano. Tiago Tramandaí,
17 Presidente da CTPA, faz a abertura da reunião, como houve solicitação para inversão
18 de pauta, o primeiro ponto de falta ficou como a apresentação da SEAPI – Barragens
19 Jaguarí e Taquarembô, aprovação da ATA anterior foi retirada da pauta.1-
20 Apresentação dos Projetos das Barragens. Gilmar/ SEAPI- informa que S obras
21 iniciaram no PAC I, convênio com o Ministério da Integração Nacional, os programas
22 estavam dentro do Departamento de Irrigação. Dentre os projetos destacou as
23 barragens, Jaguarí, Taquarembô, Estancado, Passo da Ferraria, Soturno e São Sepé,
24 além dos canais de distribuição. O Departamento ainda desenvolve outras ações,
25 programas de açudes para pequenos produtores, ações de planejamento do Plano
26 Diretor de Irrigação, Piúma e Território de Irrigação.
27 Passou apresentar as etapas das obras das barragens de Jaguarí e Taquarembô,
28 salientou ainda a existência de estudo executivo da barragem de São Sepé, previsão
29 de estudos e projeto básico da barragem do Passo da Ferraria, barragem do Rio
30 Soturno e do Rio Estancado.
31 André- Mirim/São Gonçalo- O Plano Diretor da Irrigação e também o Piúma, são
32 temas que estão meios esfriados.
33 Gilmar- SEAPI- Para melhor organização, solicita que as perguntas sejam feitas ao
34 final da apresentação. Sobre Taquarembô e Jaguarí, essas barragens e também a do
35 Passo da Ferraria estão na bacia do Rio Santa Maria. O detalhamento dos projetos
36 das barragens a construção, sempre contou com recursos para contrapartida do FRH,
37 desde 2008. No decorrer do tempo já foram feitos vários aditivos de prazo, o consorcio
38 CONSEPA/COMVAP está em situação de falência, foi encaminhado à PGE uma
39 solicitação de parecer, para definir o que fazer, afim de retomar a obra. Sobre a
40 barragem de Jaguarí, segunda fase da obra em 2013, passou a ter contrapartida de
41 recursos do FRH de 1%, reduzida, portanto de 20% que vinha ocorrendo
42 anteriormente. Quanto aos aditivos de valores, informou que inicialmente os valores de
43 indenização eram inferiores aos hoje praticados na região. Quanto a utilização da
44 barragem, grande utilização para irrigação, contenção de cheias, regulação de vazões
45 e abastecimento público para o Município de São Gabriel. Taquarembô, inundação
46 prevista de 1350 há, benefícios principais, abastecimento de Dom Pedrito, produção
47 rural através da Irrigação, foram feitos vários aditivos de tempo e valores, pois muitas
48 obras necessárias não estavam previstas inicialmente. Barragem de São Sepé,
49 possibilidade de abastecer São Sepé, Formigueiro e Vila Nova. Outro projeto é a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

50 barragem do Passo da Ferraria, no Município de Dom Pedrito, o estudo realizado, não
51 contempla os canais, o EIARIMA deve ser revisado. Barragem do Rio Soturno, fica na
52 divisão dos Municípios de Nova Palma e Júlio de Castilhos, servirá para
53 abastecimento e também servirá para geração de energia. No Município de Sarandi a
54 barragem do Estancado, em área do próprio Município, servirá também para
55 abastecimento. Todas as barragens servirão para abastecimento público, uma das
56 competências do Departamento de Irrigação é o Plano Diretor, Piúma, realmente não
57 está ativo, a falta de estrutura do Estado, fica difícil dar sequência, as demandas, já
58 existente. Encaminhamos 40 novos projetos ao Ministério da Integração Nacional,
59 seria muito importante para a produção de alimentos, sei que a CTPA, cobra a
60 questão do Saneamento, mas deve salientar que conseguimos reduzir de 20% para
61 1% a contrapartida dos recursos do FRH. Todos os documentos e apresentações
62 ficarão à disposição da CTPA. Informou ainda que os recursos de contrapartida eram
63 depositados em conta específica, que na primeira fase os depósitos seriam realizados
64 em conta do Banco do Estado (BANRISUL), na fase II do projeto, por solicitação do
65 Ministério da Integração Nacional, os depósitos passaram a serem feitos em conta do
66 Banco do Brasil, devido ao caixa único, os rendimentos acabam indo ao caixa único. O
67 saldo era zerado, quando do pagamento das notas fiscais depositavam, o Estado fazia
68 isso, na fase II os depósitos da contrapartida, vai para conta do Banco do Brasil, o
69 saldo fica disponível. Como a empresa CONSEPA não apresentou garantias da obra,
70 garantias contratuais, não foi liberado pagamentos para a mesma. Uma vez liberado
71 recursos pelo Ministério da Integração Nacional, o Estado deve fazer o depósito da
72 contrapartida, temos ainda 53 milhões de reais a ser depositado pelo Ministério,
73 segundo informações deve ocorrer aporte financeiro novamente para as barragens do
74 Estado.

75 André- Tenho algumas dúvidas, acredito que devemos construir um GT, fico
76 preocupado, quando fizeram o planejamento das barragens, sabiam que tinha o
77 deslocamento da estrada e de linha de transmissão, dentro da área inundada, deveria
78 ter sido antecipado na orçamentação, todas as imprevisibilidades em casos de
79 sondagens.

80 Gilmar- Nosso maior problema está no projeto, quanto a estrada ou a gente começava
81 e garantia o recurso, e ou a gente não estaria aqui discutindo as barragens, pois não
82 sairiam, são as estratégias do Estado, existe uma grande dificuldade fora do Estado,
83 para entender que aqui no Estado precise acumular água. Para 2016 e 2017 em
84 planejamento e orçamento, projeto básico, licenciamento ambiental, Soturno, Passo
85 da Ferraria e Estancado, Passo da Ferraria 12 milhões, Estancado 10 milhões e
86 Soturno 9,5 milhões, fechando 31,5 milhões de reais que o Estado precisa
87 competência para captar, precisa também pessoal para dar apoio.

88 Marcos- Turvo/Santa Rosa/Santo Cristo – Está contingenciado esse recurso?

89 Gilmar – é esta.

90 Marcos – Vocês que executam dizem que está contingenciado, agora quem libera diz
91 não estar contingenciado.

92 André – Precisamos de uma construção mais ampla, existe uma dificuldade de
93 compreensão até da dimensão, disso tudo, queremos que se realize as obras,
94 queremos qualidade, tem que estudar mais isso, qualificar esse processo, dar
95 qualidade ao uso do recurso.

96

97 Tiago – A formação do grupo de trabalho, o comitê Santa Maria ficou de formar esse
98 grupo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

99 Eldo- Santa Maria – O que tem em andamento é um grupo de acompanhamento
100 desses projeto e obras, etc. Inter Secretárias, gabinete do Governador, que faz o
101 acompanhamento disso, talvez o que o André se refira é a formação de um grupo de
102 estudo, disso que o Gilmar apresentou aqui, aproveitando já acho que faltou em sua
103 apresentação, que os conjuntos de canais proposto posteriormente, já que não tinha
104 na origem do projeto, passou por estudo de viabilidade, onde dois consórcios
105 executaram esse trabalho, com o objetivo proposto de gerar um sistema inseparável,
106 que se articule com o sistema de recursos hídricos, com a política de recursos
107 hídricos, depois com os territórios de irrigação, que já foi citado aqui, mas continuam
108 separados, agregando custos, não são dois sistemas de canais separados, é um só,
109 que prevê o uso da água conforme as normas, regulamentos, leis da política de
110 recursos hídricos, onde tem que estar inserido. O estudo de impacto ambiental
111 proposto pela Fepam já previa isso, não se sabe por que não está sendo feito, em
112 conjunto. Caso contrário ficaremos com dois sistemas aparte, onde não se coaduna
113 com nada, comitê de bacia, associação de usuários da água, tudo isso tem um custo,
114 esse estudo decretou, o sistema tem que trabalhar integrado, não pode ser separado,
115 caso contrário, vamos atrapalhar a gestão das águas na bacia do Santa Maria, que
116 não mais vai ter controle.

117 Roberto – Santa Maria – Um parêntese rápido, Gilmar, por que na previsão tem
118 recursos para fazer projetos de canais e para estudo de impacto ambiental em
119 separado, isso não poderia estar junto, uma coisa só?

120 Tiago – Na última reunião ficou de o comitê Santa Maria, puxar a formação de um GT
121 no âmbito da CTPA.

122 Eldo – Então vamos formar,

123 Júlio – Taquari/Antas – Primeiro apoiamos as obras, claro que queremos que o Brasil
124 mande recursos para cá, sabendo que a contrapartida é de 1% nisso, que o volume de
125 recursos é considerável, quando é somente para irrigantes fica um pouco complicado
126 o FRH liberar recursos, mas quando comprovado os usos múltiplos, o abastecimento,
127 precisamos enxergar isso. Vou fazer duas perguntas, quem audita os valores desses
128 projetos? Meio que me apavorei com os valores muito acima dos praticados pelo
129 mercado. Sobre esse rolo que aparece na imprensa, que tem gente citada, presa ou
130 não, explica um pouco isso?

131 Gilmar – Resposta ao Roberto, quando é feita a liberação do recurso vem em
132 separado, o sistema é único, mas os recursos, vem separados, para cada destinação.
133 Todas as obras Júlio, o repasse da União é baseado no SINAP, fornecidas pela Caixa
134 Federal, avaliadas pelo IBGE, onde para cada Capital, define um preço para um
135 número X de insumos, esse é o primeiro aditamento, o segundo aditamento, é
136 realizado por uma equipe do TCE, que acompanha as obras, um técnico acompanha
137 todo o processo de compra dos matérias, anualmente é auditado em 3 ocasião.
138 Quanto a barragem do Taquembô, parece que já existia uma empresa definida para
139 realizar as obras, sei que tem 2 ou 3 pessoas envolvidas por direcionamento de obra,
140 o processo deve estar correndo em segredo de justiça, sei de uma escuta telefônica
141 onde um empresário na época e hoje Ministro, indica que a obra estaria
142 disponibilizada a ele, só que ele nem participou da obra, não pode ter sido favorecido
143 no meu entender.

144 Júlio – Jaguarí que está parada desde 2014, recebeu mais algum recurso?

145 Gilmar – Não, tanto que tem 10 ou 12 milhões para receber e não recebe, está com
146 uma equipe lá somente para segurança.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

- 147 Sergio- Gravataí – Por onde anda a documentação toda gerada no Plano de Irrigação,
148 tinha um link onde se tinha acesso, todo aquele recurso aplicado, se não for reativado,
149 já vou defender aqui, que não sai recurso desse fundo para onde não tem política
150 pública, tem obras, é obreiro na verdade, um grande jogo de interesses ou o sistema
151 de irrigação e reativado, as CT colocadas em funcionamento, onde estão as
152 informações? Os estudos sobre irrigação no Estado do Rio Grande do Sul.
- 153 Gilmar – Estão no Departamento de irrigação.
- 154 Sergio – Mas é acesso público, qual o link.
- 155 Gilmar – Link, não tem mais.
- 156 Patrícia- SEMA – Não tem mais os relatórios técnicos dos Tiúmas disponíveis. Por
157 que?
- 158 Gilmar – Não tem mais.
- 159 Eldo – Venceu o contrato com a empresa e aí saiu do ar.
- 160 Patrícia – mas não tem como recuperar esse material colocar em um Blog que é
161 gratuito.
- 162 Eldo – Se o conselho de irrigação estivesse funcionando isso estaria disponível, mas
163 não está, isso não depende de recurso é gerido pelo Estado, não interessa se tem 1
164 ou 2 no departamento de irrigação, isso teria que ter continuado, não poderia ter
165 parado é inadmissível, que o Estado do RGS com tudo isso de obras,
166 predominantemente de irrigação, mas também múltiplos usos, territórios de irrigação
167 formados, aprovados no CRH, sacando dinheiro do FRH, tenha sumido.
- 168 Klein-Sinos – Me assusta os valores parece ser 1/1, qual o custo benefício, o Estado
169 vai aumentar a produção, com a implementação dessas obras? Quem é o dono
170 dessas barragens? Quem vai fazer a manutenção disso?
- 171 Gilmar – Estudo de viabilidade, é feito quando feito o projeto, plano de expansão
172 agrícola, no qual foi feito o plano de investimento e de retorno, em 2012 a pedido do
173 comitê Santa Maria, realizado reestudo, com indicação de taxa de retorno do
174 investimento.
- 175 Sergio – É como o plano, é de domínio público, socado dentro dos armários da
176 Secretária, com um gasto de 600 mil reais dos cofres públicos, que domínio público é
177 esse?
- 178 Gilmar – Acabou o que tinha, não tem gente no departamento.
- 179 Sergio – O Estado não tem um portal para colocar isso, gasta dinheiro público, e fica
180 com acesso restrito a poucas pessoas, em plena era da informática, não tem
181 explicação, vamos acionar os meios para mudar isso.
- 182 Gilmar – Quanto quem é o dono das barragens, existe uma solicitação da associação
183 dos usuários da água do Rio Santa Maria (AUSM) sendo avaliada pelo Estado.
- 184 Roberto – Onde está este parecer.
- 185 Gilmar – Acredito que está na PGE.
- 186 Roberto – Feito por quem esse parecer.
- 187 Klein – Gilmar você disse que tem projetos para mais 40 barragens, onde podemos ter
188 acesso a isso.
- 189 Gilmar – Nada está disponível, mas está dentro do departamento de irrigação.
- 190 Klein – Isso faz parte da gestão dos recursos hídricos, precisamos ter acesso as estas
191 informações.
- 192 Gilmar – Mas, não está em andamento, dentro do PAC não está andando.
- 193 Klein – Sei que não está andando, nenhuma está em andamento, mas os comitês
194 precisam saber se tem previsão ou não.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

195 Roberto – Essa solicitação passou pela Plenária do comitê Santa Maria, passou por
196 todos os comitês, como nós já tínhamos estudos prévio de vários barramentos, o
197 comitê fez um documento e encaminhou.

198 Eldo – Me parece que a apresentação que o Gilmar fez, talvez faltou algum
199 detalhamento, que possa ser estudado pelo GT, conforme disse o comitê Sinos, existe
200 projetos para 40 barramentos no atual Governo, mas que já está colocado aqui
201 especificamente, com recursos a ser sacado do FRH ou tentar sacar do FRH.
202 Barragem do Estancado, nem sei em que bacia fica, talvez no Passo Fundo lá em
203 Sarandi, o Faxinal no Baixo Jacuí, São Sepé no Vacacaí, que não está aqui. Quanto
204 aos responsáveis não está dito, toda obra com recursos superiores a 10 milhões, pelo
205 Governo Federal, tem que ter um Certificado de Regularização de Obra Hídrica, onde
206 a ANA designa quem vai ser o responsável pela operação, isso que a AUSM fez, o por
207 isso está aqui juntamente com o comitê Santa Maria. Buscando da melhor forma
208 possível, junto com o sistema de recursos hídricos, tentando com toda força que seja
209 feito dentro do sistema de irrigação, que deixou de existir, parou, evaporou. Sou
210 testemunha, que dentro do Ministério da Integração foram feitas várias reuniões, onde
211 se tratou de quem é o gestor das obras de São Sepé, não tem, isso é
212 complicadíssimo, não é da noite para o dia que se consegue uma entidade para
213 assumir isso. O Governo do Estado ainda está aqui com 1% de contrapartida,
214 pensando se vai concordar com uma resolução Federal, com relação a gestão desse
215 negócio, já pedimos com um calhamaço de documento, com ações e tudo mais, tem
216 que entrar no grupo de trabalho pois isso é gestão de água, difere um pouco do que o
217 Júlio colocou, em relação que não tem de retirar recursos para irrigação, como que
218 não se a irrigação tem interface direta com a política de recursos hídricos, se a lei que
219 criou o FRH em quase todos os artigos cita a irrigação, agricultura como sendo
220 destinatário de recursos desse fundo. Ela é de 1989 e não foi modificada, está
221 valendo, o que temos que modificar é a resolução, extemporânea, aqui do CRH que
222 determinou que irrigação, agricultura não receba recursos do FRH. Essas barragens
223 Jaguarí e Taquarembô, foram feitas sem o primeiro elemento estruturante o cadastro
224 dos usuários, fizeram por fez, claro que foram escolhidas pelo comitê de bacia, mas
225 não tinha cadastro de usuários, de um usuário que fosse, que é quem interessa esse
226 negócio, passou a ser feito pelo AUSM a partir de sua existência. De efetivo em
227 relação a gestão de recursos hídricos essa barragem, com seus canais integrados e
228 não separados, substitui, 248 outorgas de água, fundamentalmente de captação direta
229 em rios, o que é um problema, motivo que levava a bacia do Santa Maria ser
230 considerada especial, em alguns pontos sem controle, com outorga cartorial a vazão
231 se esvaia, ao fazer o cadastro foi constatado que 99 bombas devem ser retiradas, o
232 comitê e a AUSM, vem tentando colocar isso no SIOUT, para evitar que no futuro
233 algum incauto, venha solicitar outorga onde existe os canais. As duas barragens
234 possibilitam a regularização de 50% do curso do Santa Maria, com a barragem do
235 Passo da Ferraria chegaria a 100% de regularização, o cadastro, os Tiúmas, foram
236 feitos em acordos locais, criados pelo comitê e associação dos usuários. Acho que o
237 GT em comum acordo com a CTPA, partindo do comitê, convidando os demais
238 comitês, tem muitos que nem sabem.

239 Tiago – Não tendo inscritos vamos dar encaminhamento, da última reunião ficou o GT
240 que está em andamento.

241 Júlio – Vejo que é uma fragilidade para a sequência, vejo ainda que a questão dentro
242 do FRH está resolvida para este ano, a SOP, tendo liberado parte do seu orçamento
243 para a SEAPI, se seguirmos colocando 1% de contrapartida tudo bem, mas se isso



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

244 voltar aos 20% não é o FRH que irá fazer frente a isso. Tem 2 caminhos os 35% que
245 hoje é destinado em resolução ao saneamento, sendo assim vai para SOP, ela esse
246 ano abriu mão, se voltar para os 20% acabou.

247 Eldo – Existe uma demanda reprimida, falo aqui por Taquarembô, Jaguarí e Passo da
248 Ferraria. Faltou somente dizer que existe lei Federal, que regra a tarifa pelo uso da
249 água, não é cobrança pelo uso da água. Decreto de 1989, estabelece os fatores de
250 formação da tarifa, de uma maneira ou outra essa estrutura deve ser paga a Governo
251 Federal ou Estadual.

252 Claudir – Proposição, Montar GT para verificar todas as informações aqui
253 apresentadas, o mesmo GT faz um estudo mais aprofundado, para verificar as
254 questões da resolução 34/2007, ficando dentro dos 35% destinados hoje ao
255 saneamento, tanto para SOP, Tanto para SEAPI.

256 Sergio – Que se leve ao CRH, coloque em votação no conselho e comunicado ao
257 Ministério da Integração Nacional, informando que o plano de irrigação do Estado, que
258 o sistema está congelado e engavetado na Secretária de Agricultura, acredito que o
259 Governo Federal deve ser informado, que os dados da política de irrigação do RGS,
260 não se encontram disponibilizados de maneira pública.

261 Tiago – CTPA fazer comunicado ao CRH sobre Política de Irrigação, GT dentro da
262 CTPA, com membros convidados, aprofundar os assuntos.

263 Carmem – SEMA – GT ao nível de CT não passa pelo CRH.

264 Tiago – Em 2008 quando começaram os projetos, na época não passou pela CTPA,
265 os repasses eram de 20%, uma pratica utilizada e aceita, hoje estamos mudando isso.
266 Existe um grande esforço para estar aqui, tentando fazer com que a máquina funcione,
267 eficazmente. Boa parte dos recursos do FRH estão nessas obras e em outras, que
268 muitas vezes nem mesmo conhecimento temos. Registrar que estamos andando, hoje
269 o FRH não tem condições de arcar com 20% dessas obras.

270 Roberto – O Gilmar apresentou, mas não teve tempo para concluir sobre tudo o que
271 foi realizado.

272 Tiago – Gilmar já fica convocado a participar sempre desta CTPA, que isso seja um
273 exercício do seu departamento. Aqui não é fiscalização, precisamos somente
274 acompanhar com transparência o processo.

275 Júlio – Quem é que poderia nós explicar, sobre esse rolo que aconteceu, uma vez que
276 o Gilmar, informa que não tem conhecimento.

277 Gilmar- Ministério Público Federal.

278 Júlio – Colocamos em torno d 60 milhões nesse negócio, como que ficamos sem
279 saber nada.

280 Tiago – fica como ponto de pauta número 1, para o GT da CTPA, Consulta ao MPF.

281 Ponto de pauta número 2 – Apresentação de dados pelas Secretárias:

282 Lurdes-SEMA – Fez apresentação dos dados da SEMA onde para o orçamento 2016
283 já foram empenhados 5.071 338.01, Liquidado o valor de 5.042.289.61, um saldo a
284 liquidar de 25.048, um saldo liberado de 190 mil reais correspondente a 1% do
285 PASEP. A CAGE não liberou a liquidação, ainda temos um saldo orçamentário de
286 27.436.490.59, após a última reunião, que ocorreu em maio, tivemos um pagamento
287 em junho de 1.566.514.80, referente a um contrato com a Procergs de 2010, sobre a
288 implementação do ICA, os valores chegavam a 3 milhões, depois de vários encontros
289 chegou-se a um acordo, não qual a Procergs, aceitou o valor mencionado.

290 Sergio – Qual a perspectiva para gastar esses 27 milhões até dezembro.

291 Lurdes – não sei se vai conseguir, vai se usar ainda nos planos de bacia. 649.936.00
292 planos do Santa Maria, do lago Guaíba 195.1154.38, para o Camaquã 86.687,31,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

293 pagou-se ainda a UFLA 570.520,00 do SIOUT, ainda tem em atraso alguns avisos de
294 edital do processo eleitoral, que é o caso do Passo Fundo. Empenhamos 15% do valor
295 previsto. Não foi possível visualizar os saldos do FRH depositados no Banco do Brasil
296 e Bannisul, os mesmos serão encaminhados como anexo.

297 Tiago – Interessante o Gilmar colocou aqui, que houve determinação do Governo
298 Federal, que os recursos não podem ir para conta do Banco do Estado, onde o
299 Governo retira os recursos, pagando somente na entrada da nota fiscal. O Governo
300 Federal já possui o entendimento que o Estado utiliza esse recurso, somente uma
301 correlação para a gente pensar, nas obras Federais os recursos ficam em conta do
302 Banco do Brasil.

303 Tiago - A SDR encaminhou justificativa, o Gabriel não conseguiu vir. Mas não houve
304 liberação de cotas, zerado execução e liberação.

305 Patrícia – SDR tem uns 10 milhões de orçamento, mas faz uns 2 anos que não
306 consegue 1 centavo, eles tem projetos, repasses de convênios para Prefeituras, ou
307 linhas de crédito via Badesul, o último repasse foi em 2015 no valor de 68 mil reais.

308 Patrícia – Por parte da SEMA temos a estimativa de execução de 700 mil reais para
309 SOMAR, que é a sala de situação, estamos com problemas no acompanhamento do
310 plano de bacia dos Rios Apuaê-Inhandava, precisando fazer um aditivo, plano de
311 bacia do Rio Camaquã, já finalizado. Para publicação da revista do plano do Lago
312 Guaíba 98 mil reais, a UFLA que desenvolve o SIOUT e neste ano aglutinou o CAR,
313 foi feito aditivo de 442 mil reais, ainda repasse para os comitês Pardo, Ibicuí.

314 Sergio – Sobre o decreto, nós no Gravataí, nosso convênio com a ABES em
315 andamento, não impede que que faça uma provocação ao Estado, prepare um edital
316 para chamamento público, para ocupar Secretaria Executiva do comitê.

317 Patrícia – Precisamos rever o modelo desse plano de trabalho, ele é perverso.

318 Júlio – A questão dos radares sai alguma coisa esse ano?

319 Patrícia – Não saiu ainda SRO, como material permanente, precisa entrar na SELIC.

320 Tiago – O Tramandaí não vai sair.

321 Patrícia – Como houve judicialização, ainda não saiu. A SOP dos valores a ela
322 destinados foram repassados 3.850 milhões, para a SEAPI, esse valor foi repassado e
323 utilizado na integralidade, como contrapartida das obras das barragens, segundo o
324 Pedro a SOP irá utilizar cerca de 3,9 milhões, 85% desse valor repasse a CORSAN,
325 para ressarcimento de perfuração de poços artesianos, o restante será aplicado no
326 Plano Estadual de Saneamento.

327 Sergio – Só para pensar de maneira coletiva, quanto a participação das Secretárias,
328 todas possuem estruturas regionais, liberamos recursos para as mesmas, as próprias
329 Secretárias não participam nos comitês. Querem dinheiro participem dos comitês,
330 quanto as cotas se foi liberado 20 milhões, usou somente 7 milhões, próximo ano
331 libera somente os 7 milhões, ou seja, somente o aplicado.

332 Patrícia – Em 2015 foi liberado 6.072 milhões, este ano deve dar em torno de 9
333 milhões, em função da capacidade de execução, precisamos ter o DRH forte, nada
334 impede que tenha agência forte, precisamos dos dois fortes, devemos melhorar muita
335 coisa, amadurecer o sistema, nossos instrumentos de gestão.

336 Tiago- Seria interessante um gráfico, utilizado, aplicado, dos anos anteriores, para
337 visualização. Ainda queria ver a Secretária da Fazenda participando da CTPA. Assim
338 encerrou a reunião ordinária da CTPA, lavrada por mim. Claudir Luiz Alves,
339
340